

Emenda de 5 anos já tem maioria

As 300 assinaturas garantem até preferência para votação em plenário

Se depender apenas de assinaturas, o presidente José Sarney já poderia se sentir seguro de que seu mandato terá cinco anos. A emenda que o senador Edison Lobão assinará em co-autoria com o deputado Matheus Iensen passou ontem das 300 assinaturas, o que lhe garante preferência de votação na Constituinte. O problema agora é saber se os signatários votarão a favor da matéria em plenário, uma certeza que nem o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, arregaça confirmar.

Lavor, apontado erradamente com um dos signatários da proposta e que movimentou a Constituinte na segunda-feira.

A emenda dos cinco anos poderá acabar sendo a única a conquistar 280 assinaturas, (maioria absoluta da Constituinte), como já admitem os líderes do Centrão, às voltas para chegar à mesma marca com as 11 propostas coletivas do grupo. Mas hoje ainda o grupo que defende o presidencialismo tentará um acordo visando elaborar um texto comum e capaz de permitir a assinatura de 280 constituintes. Das conversas participam o senador Edison Lobão e os deputados Theodoro Mendes e Vivaldo Barbosa.

O líder do Governo disse ontem que não se envolveu com a emenda presidencial.

lista porque seu negócio era mandato de cinco anos. Ao ultrapassar as 300 assinaturas, Sant'Anna respirou aliviado e começou a distribuir bom humor entre seus auxiliares, assobriados com o trabalho do gabinete, que serviu de quartel-general para a coleta de adesões.

O deputado, porém, não está seguro de que repetirá esta votação em plenário. Ela acha que quem assina uma emenda com este conteúdo assume responsabilidade diferente em relação a qualquer outra matéria, mas admite que poderá registrar defeições. Todavia, não cre que os governadores possam exercer maiores pressões do que as já feitas para evitar que os cinco anos ganhassem preferência com as assinaturas.

GIVALDO BARBOSA



Iensen e Lobão: única emenda com mais de 280

Para Sarney Filho, maioria se decidiu

São Luís — O deputado Sarney Filho (PFL-MA) disse ontem que não tem dúvida de que a maioria da Constituinte é favorável aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. "Pelo que estou informado — afirmou — a emenda a favor dos cinco anos já ultrapassou as 280 assinaturas. Isto demonstra que a tese por esse período de mandato para o presidente Sarney conquistou a preferência da maioria dos parlamentares".

Sarney Filho destacou a postura dos governadores do Nordeste em apoiar a política do Governo Federal que é comprovadamente voltada para a região mais pobre do País, razão porque vem sofrendo uma campanha de desmoralização de grupos centralizados no centro-sul.

Ontem de manhã, o parlamentar esteve reunido no diretório regional do PFL, com membros da Comissão Executiva e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ricardo Murad, tratando da condução das negociações que serão levadas a efeito no final desta semana com o presidente do PMDB, deputado Cid Carvalho, visando a reunião da Aliança Democrática, entre os dois partidos, na disputa da prefeitura de São Luís.

Presidente já tem certeza, revela Sodré

O presidente José Sarney está convencido de que o seu mandato terá mesmo a duração de cinco anos, como ele sempre quis. A informação é do ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, que, durante o despacho que teve ontem com o Presidente, encontrou-o "risonho e tranquilo" em relação aos cinco anos.

Para o chanceler, a mudança em favor do Planalto se deve ao trabalho de sustentação política a Sarney que está sendo feito por vários ministros, inclusive ele. Sodré revelou ainda que em seus contatos com os constituintes pôde ver "uma melhoria marcante" em favor dos cinco anos.

Insatisfação não é só com Sarney, diz SNI

DILZE TEIXEIRA Da Editora de Política

deputados, prefeitos e ministros. Por que cristianizar o atual presidente da República? Para atender interesses pessoais?", indagou a fonte.

ACOMODADAÇÃO

O oficial general acredita que toda a desorganização que se constata no País — isto é um fato inegável — é resultante da transição que vivemos mas, ao final, haverá uma acomodação, em consequência da mudança de mentalidade da sociedade civil e que exige um certo tempo até que ocorra a homologação da Constituição e a adaptação de todas as leis ordinárias ao novo texto constitucional.

— Não se faz transição da noite para o dia. Basta lembrar o caso de Portugal, que levou 12 anos para cumprir o período de transição para a democracia, observou a fonte.

Na opinião desse militar, embora a insatisfação pos-

sa ser justificada, em face das dificuldades que o País atravessa, ela vem sendo exacerbada e estimulada pela imprensa, "através de grupos localizados que, freqüentemente, pedem ajuda ao governo, inclusive a nível externo para superar seus problemas", disse a fonte sem contudo revelar quais são esses grupos.

Ainda segundo o raciocínio desse militar, o período maior de turbulências parece já ter passado. Hoje, com a atuação do grupo Centrão, pelo menos o quadro político começa a adquirir uma certa estabilidade, que se fará sentir de uma forma mais nítida com seus integrantes resolvam agir numa posição de apoio ao governo. E, inclusive, graças ao Centrão, que o governo não teme a aprovação do mandato de quatro anos para o presidente Sarney o que, no entender da comunidade militar, tornaria mais aguda a crise que o País vem enfrentando.

ILARA VIOTTI Da Editora de Política

Paranaense de Imbuiva, o deputado Matheus Iensen, 51 anos, é novato em política — está exercendo seu primeiro mandato eletivo. Através de suas duas emissoras de rádio (uma em Florianópolis e outra em Curitiba), no entanto, Iensen vem, há 20 anos, "trabalhando pela família brasileira" com seus programas evangélicos. Membro leigo da Assembleia de Deus, o deputado tem particular orgulho de estar completando, em 1988, 25 anos de atividade como cantor sacro, e lançará neste semestre seu 2º LP.

Sócio-fundador da Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP), Iensen é também proprietário de uma gravadora e editora, a Estrela da Manhã Ltda. Suas empresas sempre foram os meios que o deputado utilizou para dar forma à sua principal preocupação, que define como sendo a de "ajudar ao povo brasileiro". Matheus Iensen falou ao CORREIO sobre sua repentina notoriedade, dada pela autoria da emenda que, se aprovada, dará ao presidente Sarney cinco anos de mandato.

Por que só agora o sr. resolveu se candidatar e tornar-se um político com mandato?

— Eu senti que, como constituinte, poderia ajudar muito mais aos brasileiros. Aqui se pode, e este é o momento certo, elaborar novas leis que beneficiem a família, consequentemente, beneficiando a sociedade brasileira.

Qual tem sido sua atuação na Constituinte?

— Eu fui membro da Subcomissão da Família, Menor e Idoso, e suplente da comissão que tratou dos direitos do homem e da mulher. Ao longo de todo este processo de elaboração do anteprojeto constitucional, eu apresentei 120 emendas, das quais 45 foram total ou parcialmente aproveitadas. E minha, por exemplo, a emenda que institui o ensino religioso facultativo nas escolas e a que define como público e gratuito o ensino no País.

Sua emenda para os cinco anos de mandato não estaria fugindo um pouco da linha de sua atuação?

— Acho que não. Eu não creio que seja assim. E preciso esclarecer que eu não consultei ninguém pa-

ra apresentar a emenda, não houve encomenda nesse sentido. Nem o próprio Presidente foi consultado. Na solenidade de cumprimento de final de ano, no Palácio do Planalto, eu falei brevemente ao Presidente sobre o assunto: "Olha, Presidente" — eu disse — "estou apresentando a emenda e já tenho mais de cem assinaturas". Ele não me respondeu nada, apenas agradeceu os cumprimentos.

Então, não se pode dizer que a emenda foi encomendada. Eu a fiz porque acredito que eleições este ano sejam prejudiciais ao País. Este processo de elaboração da Constituinte vai demorar ainda, eu não acredito que em fevereiro tenhamos a Constituição pronta. Isto só vai acontecer em junho ou julho. E aí, que tempo resta para uma campanha presidencial? Além disso, acho que a duração ideal de um mandato é cinco anos.

Mas, e as críticas que tem sido feitas ao Presidente? Não seriam uma indicação de que já é hora de ele deixar o governo?

— Não há como se culpar o presidente Sarney pelos problemas do Brasil. A situação de dificuldades não é brasileira, é do mundo todo. A fase difícil é mundial. Além do mais, ele herdou uma situação caótica. Isto passa. Aliás, já começou a passar. O Presidente escolheu para o Ministério da Fazenda, desta vez, um homem de sua estrita confiança, sem interferências partidárias. Isto só fará o País melhorar, porque passa a haver afinidade entre o ministro e o Presidente. A carga de Sarney não é leve, basta olhar um retrato dele quando entrou, de cabelos negros, e agora, de cabelos completamente grisalhos.

Fora esta questão do mandato, quais são as suas outras emendas para esta última fase da Constituinte?

— Minha preocupação fundamental é com a questão do aborto. Eu já apresentei a emenda e vou lutar por ela. Já temos 160 assinaturas. Não podemos deixar que este crime seja legalizado. O aborto é um crime diante de Deus. A Bíblia afirma isto, em Levíticos, capítulo 17: "A vida da carne está no sangue". Se está no sangue, está na presença da vida no corpo da mãe. Esta é uma luta em que eu vou me empenhar até o final da Constituinte.

Covas reúne hoje a bancada

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, reúne hoje de manhã a bancada para consultá-la sobre a conveniência de o partido apoiar ou não a proposta formalizada pelo PDT de se antecipar a votação do sistema de governo e mandato do presidente Sarney. Os peemedebistas integrantes do Centrão, que é contra a ideia, estão liberados, segundo o deputado Dado Coimbra (PMDB/RJ), para decidir se comparecem à reunião e como votam.

— Quem tiver tempo vai à reunião quem não tiver, não vai. Eu não vou porque estou aqui trabalhando — disse, criticando a proposta sob o argumento de que no momento em que o Centrão propôs mudar o regimento interno da Constituinte foi criticado e agora os críticos querem mudar a ordem de votação.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, demonstrou ontem descrença quanto à eficácia da transformação das assinaturas anunciadas pelo Centrão em apoio ao mandato de cinco anos em votos em plenário.

Governadores discordam sobre mandato

Rio — Os governadores do Rio, Moreira Franco, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, conversaram ontem a portas fechadas no Palácio Laranjeiras durante 55 minutos. O encontro se desenrolou num clima de desentendimento e, ao final, não houve consenso sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. Moreira repisou a necessidade de se realizar eleições neste ano. Newton afirmou que "o povo não está preocupado com isso, mas sim com um programa social que lhe garanta casa, comida e saúde". As divergências prosseguiram: Newton anunciou a realização de um encontro de governadores do PMDB, em Belo Horizonte, dia 28. Moreira fez-se de rogado.

— Essa reunião não será a dos governadores da área da Sudeste — desconfiou.

De resto, houve entendimento. Os dois defendem a conclusão, o mais rápido possível, dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e a definição de um programa de metas, com o qual o PMDB deve se apresentar à população. Moreira Franco disse que iria pressionar os parlamentares da bancada fluminense para tentar fazer vitoriosa sua tese favorável aos quatro anos de mandato. Newton Cardoso afirmou que não se sentiria, particularmente, vitorioso se os cinco anos, como acredita, forem aprovados.

— Esta não será uma vitória minha, mas de todo o Brasil. O PMDB não tem condições de realizar eleições este ano.

Quércia volta a apoiar 5 anos

Rio — O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem que o governador paulista, Orestes Quercia, "está refletindo para a defesa dos cinco anos" de mandato para o presidente Sarney.

De acordo com Newton Cardoso, "os partidos não estão interessados na realização de eleições. O PMDB está muito desgastado, os governadores ainda no início do mandato não tiveram condições de implementar suas administrações e o ano de 88 deve ser dedicado à elaboração da legislação complementar à nova Constituição, além de servir para a adaptação das cartas estaduais".

Indagado sobre as consultas que indicam a expectativa da população em torno das eleições presidenciais ainda em 88, o governador de Minas Gerais afirmou que "essas pesquisas são maculadas". E a única forma de aferição capaz de expressar de forma real o sentimento popular seria a realização de "um plebiscito".

— O senhor então propõe um plebiscito para decidir sobre esta questão? — quis saber um repórter.

— Não porque a Constituinte é a voz maior e legítima para definir o mandato. E acho que esta decisão será pelos cinco anos — disse, citando a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) do Centrão, que propõe os cinco anos de mandato para Sarney.

Newton Cardoso será o próximo anfitrião da reunião dos governadores, prevista para o próximo dia 28. Pela sua avaliação, a maioria dos governadores, principalmente os do Nordeste, estão com cinco anos.

Anticunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Muita luz, muita câmera e ação pouca demais...

Se a Constituinte mandar fazer uma pesquisa no meio do povo, no País inteiro, vai sofrer uma decepção, porque os eleitores de todos os Estados estão horrorizados com o que está se passando em Brasília, onde quase seis centenas de homens se reúnem todos os dias, para fazer uma Constituição, e não estão dando conta do recado.

Há a ver-se, ainda, quanto está custando essa Constituição ao País, sabidamente de pernas fracas em matéria de dinheiro.

Por último, ainda fizeram uma convocação extraordinária, que custa, aos cofres públicos, o que talvez eles não pudessem pagar.

Há, no País inteiro, um ar de decepção, principalmente por causa das discussões, no mais das vezes em torno de interesses pessoais, que deveriam não estar no cardápio de quem foi convocado para fazer a Lei maior, e não a melhor para si próprio.

Esta observação deve ser feita, porque a maioria dos parlamentares, envolta de todos os lados, diariamente, em discussões, as mais bisonhas, está se esquecendo que chegou ali, não por concurso ou gratidão, mas pelo voto popular, que um dia terá que ser pedido outra vez.

FORA — A Previdência no Rio de Janeiro chegou à conclusão de que a Siemens tentou mesmo o suborno para vender seus produtos. O que houve foi uma decisão rara, porque quem suborna não dá recibo e sempre fica palavra contra palavra. Mas desta vez a coisa foi tão clara, que a firma alemã ficou mesmo fora do mercado.

MEDICINA — O Sarah está recuperando o prestígio perdido pela medicina de Brasília. O deputado Roberto Cardoso Alves levou uma queda em sua fazenda no ano passado, ficou sentindo dores, os médicos de São Paulo não detectaram a razão, e sábado ele foi operado aqui pelo dr. Campos da Paz. Fratura do fêmur, e está se recuperando.

COMUNICAÇÃO — O Palácio do Planalto vai reunir tudo de comunicação do Governo sob a direção do Gabinete Civil. Vai melhorar porque, como está, a dispersão é grande demais. Por sinal, já era hora, porque a TVE do Rio está de pernas para o ar, com o Paulo Roberto só fazendo política lá dentro.

Go-Gô — As autoridades sanitárias de Brasília devem mais respeito à opinião pública. Os jornais entraram no logro do leite impuro, quando o que os sanitaristas mostraram era um relatório de março de 87, e no mesmo dia o Ministério da Agricultura assinava a permissão do leite. Ademais, para uma denúncia tão forte, os documentos deveriam ser mais atuais. Houve má-fé, e quem perdeu foi a indústria, que fez investimentos grandes e merece respeito também.

História de Brasília

O ESCRIBA — Próximo ao galchê dos Correios, na Avenida Central do Núcleo Bandeirante, havia sempre uma fila de candangos esperando sua vez de fazer a carta. E que ali havia um senhor de idade, que respondia a todas as cartas, em troca de pequeno pagamento.

Os candangos analfabetos, quando recebiam correspondência de casa, levavam a carta a ele, e lá ficavam sabendo das notícias. Ele mesmo fazia a resposta, depois de ouvir do destinatário em que termos deveria ser dirigida a missiva.

Muitas vezes, o candango, roído de ciúmes, dizia expressões horríveis contra a pessoa que queria distância, e ele sempre atenuava um pouco, para não "fazer os outros chorar".

Um dia conversando com o escriba, de quem não me lembro o nome, ouvi dele uma opinião muito válida. Se o candango era analfabeto, como ele poderia interpretar fielmente o pensamento? Alguma vez ele não teria dito ao contrário do que o dono da carta havia pedido?

A explicação era dele: na maioria dos casos de novos, eu sempre notava sentimentos e ressentimentos. Alguns, morbidamente dominados pelo ciúme, queriam cartas violentas, mas eu sabia que iria atingir o outro lado. Então, antes, eu mesmo fazia com que ele pensasse diferente. Depois disso é que eu punha no papel. Jamais disse que ele estava apaixonado, quando me ditava cartas violentas.

Era, enfim, o reflexo da alma. O escriba, honesto, transmitia para distante o verdadeiro sentimento do remetente.

Não sei se foi verdade, mas me contou que um dia um candango chegou a ele e ordenou: "Tape os ouvidos e leia esta carta só pra mim..."

Planalto tenta acordo sobre presidencialismo

O governo iniciou uma negociação com importantes líderes de diversos partidos na Constituinte em torno de uma proposta de presidencialismo misto ou presidencialismo parlamentarizado. O Palácio do Planalto enviou a alguns desses líderes a sua proposta, que está sendo comparada, para negociação, à que foi apresentada pelo deputado paulista Manoel Moreira, a qual se inspira em estudo elaborado pelo jurista Miguel Reale Júnior, a pedido do deputado Ulysses Guimarães.

Depois de alguns entendimentos entre aqueles políticos, o professor Miguel Reale fez um primeiro esboço de nova proposta, baseando-se na fusão dos projetos Manoel Moreira e do Palácio do Planalto. Segundo Reale, o estudo original do Planalto assemelha-se ao tipo de presidencialismo praticado no Peru com regras parlamentaristas, o qual inspirou o deputado Prisco Vianna a apresentar propostas no âmbito da subcomissão encarregada da reforma da legislação eleitoral.

Miguel Reale Júnior sustenta que o presidencialismo que cria algumas regras parlamentaristas seria o caminho mais seguro para iniciar uma experiência de forma a preparar o Brasil a praticar, mais adiante, com um processo educacional, o verdadeiro sistema parlamentarista. A fórmula esboçada concentra nas mãos do presidente da República os papéis de chefe de Estado e chefe de Governo, mas retira da Presidência da República seu caráter imperial, fortalecendo o Congresso.

A emenda, que é produto da fusão de duas propostas semelhantes, embora dis-

tingtas, em certos detalhes, facultativamente atribui ao primeiro-ministro poderes de chefe de Governo e chefe de Estado, dependendo de uma delegação expressa do Presidente da República. Concluído o novo esboço, os responsáveis pela articulação não iniciaram conversações com as lideranças de todos os partidos. O deputado Bonifácio de Andrada, que acompanha a evolução desses entendimentos desde que a Constituinte entrou em recesso no final do ano passado, acredita em um acordo, atraindo a maioria do Plenário.

O presidente José Sarney está apoiando essa negociação. Sarney já disse a alguns dos parlamentares envolvidos que "deseja conservar o presidencialismo, mas aceita um tipo de regime presidencial que concilie práticas parlamentaristas". "Não quero a repetição do confronto entre Executivo e Congresso, mas uma forma de integração do Poder Legislativo ao Poder Executivo, de forma a melhor dividir as responsabilidades", disse o Presidente a um desses parlamentares.

Líder não combaterá Heráclito

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, não pretende combater a emenda Heráclito Fortes de eleições gerais em 89. "Prefiro defender eleições presidenciais e municipais em 88, e não apoiar nova prorrogação de mandato de prefeitos e vereadores" — disse o senador paulista.

Irritado, Mário Covas não gostou do comentário de Heráclito Fortes, segundo o qual ele duvidava de que os democratas Covas e Fernando Henrique deixassem de apoiar sua emenda. "Não dou a ninguém, mas a ninguém mesmo, o direito de questionar minha condição de democrata. Desde

quando apoiar prorrogação de mandatos e ser democrata?" — retrucou.

A emenda Heráclito Fortes estabelece eleições gerais a 7 de setembro de 1989, de presidente a vereador, permitindo a reeleição do presidente e dos governadores. "Não apoio nem assino" — garantiu Covas.